

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI 2.967, de 2000

(Do Senado Federal)

Acrescenta parágrafos ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência social e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, artigo com a seguinte redação:

“Art. O emprego de pessoas portadoras de deficiência deverá ser efetuado por contratação direta ou através de entidade de/e para portadores de deficiência devidamente autorizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais – CONADE.”

JUSTIFICAÇÃO

Visando aperfeiçoar o texto do Projeto, oferecemos a presente emenda que tem por objetivo abrir a possibilidade para contratação por intermédio de entidades que têm por finalidade qualificar a mão-de-obra do portador de necessidades especiais e inseri-lo no mercado de trabalho.

Entretanto, visando resguardar a lisura do processo, coibindo a atuação de empresas que atuam de forma clandestina, tal faculdade seria concedida apenas àquelas entidades autorizadas pelo CONADE.

Solicito, portanto, apoio dos nobres pares no sentido de aprovar a presente proposta.

Sala da Comissão, de março de 2005.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI